

ANC
10
Eduardo Viveiros

Uma imensa dívida social

Neste momento em que repensamos a nação, em busca de um futuro mais justo e mais digno para as populações brasileiras, é essencial lembrar: o Brasil é um país pluriétnico, e isso é bom. Temos a sorte de abrigar, entre outros, 170 povos indígenas diferentes, uma riqueza cultural e humana que deve nos orgulhar. E um país é tanto mais civilizado quanto mais consegue harmonizar as diferentes tradições e modos de vida, quanto mais reconhece e respeita os direitos fundamentais das populações que o integram.

Os povos indígenas já são parte integrante da nação, cujos direitos têm que ser garantidos na nova Constituição. A ideologia da «integração» dos índios, que infelizmente continua a ser a atitude do governo brasileiro perante este povo, é uma mistura de ignorância, arrogância e má-fé. Ela mal esconde seu verdadeiro objetivo, a expropriação das terras indígenas. E seu resultado (felizmente menos completo do que se imagina) é claro: a produção de uma «brasilidade» por carência, a integração na miséria, na despossessão, na fome e na deculturação. É essa a nacionalidade que queremos?

O resgate da imensa dívida social no Brasil deve começar pelo reconhecimento e garantia dos direitos fundamentais dos povos indígenas, a serem inscritos numa Constituição democrática:

(1) Reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas como primeiros habitantes do Brasil. Estes são direitos originários e históricos, e ao mesmo tempo a condição de um futuro para os povos indígenas de hoje. Ao contrário do que muitos pensam, e uns poucos desejam, os índios estão aí para ficar, sua população cresce em número e em consciência.

(2) Demarcação e garantia das terras indígenas. Desrespeitando disposições legais, apenas um terço das terras indígenas está hoje demarcado. É necessário inscrever na Constituição o compromisso de demarcação de todas as terras dos índios, e ao mesmo tempo garantir estas terras contra esbulhos e invasões.

(3) Usufruto exclusivo, pelos povos indígenas, das riquezas existentes no solo e subsolo de seus territórios. A demarcação e garantia das terras visam assegurar o exercício do uso de seus recursos pelos índios. Não é mais possível fazer o Brasil se desenvolver à custa da destruição dos índios e de suas terras. Os povos que resistiram devem ter o controle pleno dos recursos que lhes restam.

(4) Reassentamento, em condições dignas e justas, dos posseiros pobres que se acham em terras indígenas. Os índios não querem resolver seus problemas à custa dos trabalhadores rurais que foram forçados a entrar nas terras indígenas. É preciso garantir seu reassentamento.

(5) Reconhecimento e respeito às organizações sociais e culturais dos povos indígenas, além do reconhecimento e garantia de sua plena cidadania. A Constituição Brasileira deve reconhecer a legitimidade das organizações sociais e culturais indígenas e seu direito de defender seus interesses, participando plenamente da vida do país.

Este é o programa mínimo que os povos indígenas, e os demais brasileiros que se associam às suas reivindicações, defendem para a Constituinte.

Eduardo Viveiros de Castro é antropólogo do Museu Nacional

ANC 88

Pasta 12 a 20

março/87

010